

SUMÁRIO

<i>Prefácio</i>	7
<i>Introdução</i>	13

Capítulo I – O Regime Tarifário nas Concessões de Serviço Público. Elementos Conceituais

<i>1. Discussões inerentes ao conceito de “tarifa”</i>	21
<i>2. Definição operacional de “serviço público”</i>	22
<i>3. A admissibilidade do regime tarifário pela Constituição brasileira</i>	26
3.1 <i>Argumentos contrários à admissibilidade do regime tarifário</i>	26
3.2 <i>A constitucionalidade do regime tarifário para contra- prestação de serviços públicos</i>	29
<i>4. Critérios de aplicabilidade do regime tarifário</i>	33
4.1 <i>Evolução jurisprudencial</i>	34
4.2 <i>Análise dos critérios apresentados</i>	40
4.3 <i>Proposta de sistematização</i>	44
<i>5. Tarifa: natureza regulamentar ou contratual?</i>	47
<i>6. A tarifa como contraprestação paga diretamente pelo usuário</i>	49
<i>7. Diferença entre “tarifa” e “preço” controlado pelo Poder Público</i> ..	58
<i>8. Elementos conceituais da tarifa nas concessões de serviços públicos</i>	64

Capítulo II – Política Tarifária

<i>1. Introdução</i>	67
<i>2. Parâmetros legais para a fixação de políticas tarifárias</i>	
2.1 <i>A exigência de lei para fixar políticas tarifárias</i>	68

2.2	<i>A fixação de políticas na legislação geral e na legislação específica</i>	70
2.3	<i>Definições de política tarifária na Lei 8.987/1995</i>	72
2.3.1	<i>Modicidade das tarifas</i>	72
2.3.2	<i>Fixação do valor da tarifa</i>	74
2.3.3	<i>Possibilidade de diferenciação de tarifas</i>	76
3.	<i>Instrumentos de políticas tarifárias</i>	78
3.1	<i>Subsídio cruzado</i>	79
3.1.1	<i>Quando o subsídio cruzado é determinado pela regulamentação</i>	79
3.1.2	<i>A proibição do subsídio cruzado</i>	81
3.2	<i>A tarifa como instrumento de racionalização e contenção do uso do serviço público</i>	83
3.3	<i>Flexibilidade na política tarifária</i>	87
3.3.1	<i>O regime da “liberdade tarifária”</i>	89
3.3.2	<i>Tarifa-teto (“price cap”)</i>	92
3.3.3	<i>Cesta tarifária</i>	93
4.	<i>A política tarifária e o controle jurisdicional das tarifas</i>	94
4.1	<i>Controle formal</i>	95
4.2	<i>O controle de conteúdo (confrontação de políticas tarifárias com princípios gerais de Direito)</i>	96

Capítulo III – As Tarifas e os Direitos dos Usuários de Serviço Público

1.	<i>Introdução</i>	97
2.	<i>Interrupção do serviço por inadimplemento do usuário</i>	
2.1	<i>Tratamento legislativo dado ao tema</i>	100
2.2	<i>Argumentos lançados contra a autorização legislativa para interrupção do serviço público por inadimplemento do usuário</i>	102
2.2.1	<i>Princípio da continuidade do serviço público</i>	102
2.2.2	<i>Princípio da dignidade da pessoa humana</i>	109
2.2.3	<i>Proibição da autotutela para exigir o cumprimento de obrigações</i>	112
2.3	<i>Limitações jurídicas à interrupção da prestação de serviço público por inadimplemento do usuário</i>	117
2.3.1	<i>Dever de considerar o “interesse da coletividade”</i>	118
2.3.1.1	<i>Como determinar o interesse da coletividade a ser considerado</i>	120
2.3.1.2	<i>Mecanismos de introdução de condicionamentos ao corte</i>	121

2.3.1.3	Possibilidade de revisão judicial e seus limites	125
(a)	<i>O exemplo do serviço de água</i>	129
(b)	<i>O exemplo do serviço de energia elétrica</i>	131
2.3.2	<i>Dever de adotar um procedimento</i>	136
3.	Inscrição de usuários no cadastro de inadimplentes	139
4.	Cobrança de valor mínimo	143
4.1	<i>A alegação de abusividade na instituição de tarifas mínimas</i>	143
4.2	<i>A alegação de que a cobrança de tarifa mínima teria caráter tributário</i>	148
5.	Controle sobre os valores fixados para as tarifas	
5.1	<i>Exposição do problema</i>	150
5.2	<i>Controle judicial</i>	151
5.2.1	<i>A obediência ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão</i>	152
5.2.2	<i>O dever de modicidade das tarifas e a proibição de abusividade</i>	153
5.3	<i>Outros mecanismos de controle</i>	157
5.3.1	<i>Tribunais de Contas</i>	158
5.3.2	<i>Organismos oficiais de defesa do consumidor</i>	158

Capítulo IV – As Tarifas e os Direitos das Concessionárias de Serviço Público

1.	Introdução	161
2.	O papel da tarifa na preservação do equilíbrio econômico-financeiro da concessão	163
2.1	<i>O vago conceito de “equilíbrio econômico-financeiro” e o direito à sua manutenção</i>	164
2.1.1	<i>A conformação do direito à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro das concessões</i>	164
2.1.2	<i>O equilíbrio econômico-financeiro</i>	169
2.2	<i>A alteração da tarifa como instrumento natural de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato</i>	171
2.3	<i>Situações em que o aumento da tarifa não é capaz de reequilibrar a equação econômico-financeira do contrato</i>	173
3.	Mecanismos de alteração das tarifas	174
4.	Reajuste	176
4.1	<i>A previsão de reajuste tarifário nas concessões</i>	177
4.2	<i>A periodicidade do reajuste</i>	179
4.3	<i>A aplicação dos reajustes</i>	180
4.4	<i>A fixação de índices ou fórmulas de reajuste</i>	182
4.5	<i>A mudança de índices ou fórmulas de reajuste</i>	185

5. Revisão	187
5.1 Hipóteses gerais de aplicação da revisão tarifária	188
5.1.1 A álea ordinária das concessões	189
5.1.1.1 O risco assumido em decorrência do regime jurídico da concessão	190
(a) O risco pela variação de demanda	191
(b) O risco inerente à competição	193
5.1.2 Álea extraordinária	194
5.1.2.1 A revisão para reduzir tarifas	196
(a) A hipótese de revisão para compensar o ganho de produtividade	198
5.2 A regulamentação e a procedimentalização da revisão de tarifas	201
6. Decisão judicial para aplicação de reajuste ou revisão de tarifas	204
7. A tarifa como garantia de crédito ao concessionário	208

Capítulo V – Síntese das Conclusões

1. Explicação prévia	215
2. O regime tarifário nas concessões de serviços públicos.	
Elementos conceituais	216
3. Política tarifária	219
4. As tarifas e os direitos dos usuários de serviço público	223
5. As tarifas e os direitos das concessionárias de serviço público	228
Bibliografia	235